

VOLUME MONOGRÁFICO COORDENADO POR CELSO ÁLVAREZ CÁCCAMO
LÍNGUA, DESIGUALDADE E FORMAS DE HEGEMONIA

[Texto de abertura] **Contra o capitalismo linguístico: perante a crise da língua na Galiza**

Celso Álvarez Cáccamo

A(s) política(s) linguística(s) galega(s) sob a lente da teoria crítica do reconhecimento

Arturo de Nieves Gutiérrez de Rubalcava

Falar em português para falar com as pessoas. Um estudo de caso

Cristina Sá Valentim

Papel do português em Timor-Leste

Regina Brito

Sexo, género, língua e literatura. Questões culturais de hegemonia

Helena Rebelo

Sexo e linguagem. Identidades em relevo em afixos superlativos: uma análise dos afixos *super-*, *-íssimo*, *-ésimo* e *-érrimo* nas colunas de esporte e sociedade do jornal *O povo online*

João Felipe Barbosa Borges

Consensos excludentes, autoritarismos informais, poderes comunicacionais

Vania Baldi

Índices da revista *Agália*. Números 65 a 100 (1º semestre de 2001 a 2º semestre de 2009)

Joel R. Gómez

Ficha de avaliação 2010-2011 (volumes 101-104)

AGÁLIA

REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

número

104

2º semestre 2011

DIREÇÃO

Roberto López-Iglesias Samartim

Universidade da Corunha;
Galabra (Universidade de Santiago Compostela, USC)

M. Felisa Rodríguez Prado

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

SECRETARIA TÉCNICA (Adjunta à direção)

Cristina Martínez Tejero

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antón Corbacho Quintela

Universidade Federal de Goiás; Galabra (USC)

Carlos Velasco Souto

Universidade da Corunha

Graziella Moraes Dias da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luís Garcia Soto

Universidade de Santiago de Compostela

M. Adriana Sousa Carvalho

Universidade de Cabo Verde

M. Carmen Villarino Pardo

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

M. Teresa López Fernández

Universidade da Corunha

Márcio Ricardo Coelho Muniz

Universidade Federal da Bahia

Maria das Dores Guerreiro

I.U. de Lisboa (CIES-ISCTE)

Mihai Iacob

Universitatea din Bucuresti

Pablo Gamallo Otero

Universidade de Santiago de Compostela

Rosa Verdugo Matêz

Universidade de Santiago de Compostela

Vanda Anastácio

Universidade de Lisboa

Xerardo Pereiro Pérez

Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro

CONSELHO CIENTÍFICO

Álvaro Iriarte Sanromán (Universidade do Minho; Galabra, USC)

António Firmino da Costa (I. U. de Lisboa, CIES-ISCTE)

Arturo Casas Vales (Universidade de Santiago de Compostela)

Carlos Costa Assunção (Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro)

Carlos Garrido (Universidade de Vigo)

Carlos Taibo Arias (Universidad Autónoma de Madrid)

Celso Álvarez Cáccamo (Universidade da Corunha)

Francisco Salinas Portugal (Universidade da Corunha)

Eliás J. Torres Feijó (Universidade de Santiago de Compostela, Galabra)

Gilda da Conceição Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Real Gabinete Port. de Leitura)

Inocência Mata (Universidade de Lisboa)

Isabel Morán Cabanas (Universidade de Santiago de Compostela)

José António Souto Cabo (Universidade de Santiago de Compostela)

José Luís Rodríguez (Universidade de Santiago de Compostela)

José-Martinho Montero Santalha (Universidade de Vigo)

Júlio Barreto Rocha (Universidade Federal de Rondônia)

Marcial Gondar Portasany (Universidade de Santiago de Compostela)

Onésimo Teotónio de Almeida (Brown University)

Raul Antelo (Universidade Federal de Santa Catarina)

Teresa Cruz e Silva (Universidade Eduardo Mondlane)

Teresa Sousa de Almeida (Universidade Nova de Lisboa)

Tobias Brandenberger (Universität Göttingen)

Yara Frateschi Vieira (Universidade Estadual de Campinas)

AGÁLIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1130-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1985 (versão papel)

EDITA: Associação Galega da Língua (AGAL)

URL: <http://www.agalia.net>

ENDEREÇO-ELETRÓNICO: revista@agalia.net

ENDEREÇO POSTAL: Rua Santa Clara nº 21

15704 Santiago de Compostela (Galiza)

PERIODICIDADE: Semestral (números em junho e dezembro)

ASSINATURA

(https://espaciosseguro.com/agalia/inscricao_agalia.html)

Versão eletrónica (2 números/ano): 20€

Versão impressa (2 números/ano):

<i>Estado Espanhol</i>	20€ Sócios/as AGAL	30€ Não sócios/as
<i>Europa</i>	28€ Sócios/as AGAL	38€ Não sócios/as
<i>Resto do mundo</i>	31€ Sócios/as AGAL	41€ Não sócios/as

Contacto: agalia@agal-gz.org

Envio de originais: <http://www.agalia.net/envio.html>

Normas de Edição no fim do volume e em

<http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>

Indexada em:

CAPES (<http://www.capes.gov.br/>)

dialnet (<http://dialnet.unirioja.es>)

Desenho da capa: Carlos Quiroga

Impressão: Sacauntos, cooperativa gráfica (info@sacauntos.com)

Revisão de textos em inglês: Rosário Mascato Rey

SUMÁRIO

VOLUME MONOGRÁFICO COORDENADO POR CELSO ÁLVAREZ CÁCCAMO
LÍNGUA, DESIGUALDADE E FORMAS DE HEGEMONIA

Nota da redação	5
[Texto de abertura] Contra o capitalismo linguístico: perante a crise da língua na Galiza	11
<i>Against Linguistic Capitalism: Facing the Language Crisis in Galiza</i> Celso Álvarez Cáccamo	
A(s) política(s) linguística(s) galega(s) sob a lente da teoria crítica do reconhecimento	29
<i>Galician Linguistic Policy/-ies under the Focus of the Critical Theory of Recognition</i> Arturo de Nieves Gutiérrez de Rubalcava	
Falar em português para falar com as pessoas. Um estudo de caso	55
<i>Speaking in Portuguese to Talk to People. A Case Study</i> Cristina Sá Valentim	
Papel do português em Timor-Leste	79
<i>The Role of Portuguese in Timor-Leste</i> Regina Brito	
Reflexões em torno de sexo, género, língua e literatura. Questões culturais de hegemonia	101
<i>Reflections about Sex, Gender, Language, and Literature. Cultural Issues of Hegemony</i> Helena Rebelo	

Sexo e linguagem. Identidades em relevo em afixos superlativos: uma análise dos afixos <i>super-</i>, <i>-íssimo</i>, <i>-ésimo</i> e <i>-érrimo</i> nas colunas de esporte e sociedade do jornal <i>O povo online</i>	123
<i>Language and Sex. Highlighting Identities Through in Superlative Affixes: an Analysis of Affixes Super-, -Íssimo, -Ésimo and -Érrimo in Sports and Society Columns of the O Povo Online Newspaper</i>	
João Felipe Barbosa Borges	
Consensos excludentes, autoritarismos informais, poderes comunicacionais	141
<i>Consensus of Exclusion, Informal Authoritarisms and Communicational Powers</i>	
Vania Baldi	
Índices da revista <i>Agália</i>. Números 65 a 100 (1º semestre de 2001 a 2º semestre de 2009)	155
Joel R. Gómez	
Ficha de avaliação 2010-2011 (volumes 101-104)	279

TEXTO DE ABERTURA

Contra o capitalismo linguístico: perante a crise da língua na Galiza *Against Linguistic Capitalism: Facing the Language Crisis in Galiza*

Celso Álvarez Cáccamo
Universidade da Corunha

1. A crise sociolinguística da Galiza

A crise sociolinguística da Galiza, na forma da perda acelerada do idioma, chama a examinar algumas das bases que a conformam e dos fenómenos que expressam a sua relação com a ordem económica e social, no contexto duma infortunada trajetória de chamada *normalización* de há mais de 30 anos. É lugar comum que o declínio do galego começou a se acelerar no século XIX com a urbanização e o crescimento das “classes meias urbanas”. O que é interessante constatar é que rara vez se enquadra esta perda da língua explicitamente como resultado do capitalismo como modo dominante de produção, como modelo social e até como método de vida. Procurarei argumentar que, da mesma maneira que o capitalismo e a sua estrutura de classes explicam historicamente a perda do galego, é a própria lógica do capital, das suas formas e dos seus modos de circulação e conversão o que subjaz também à perda do idioma sob as décadas da chamada *normalización* — esse envoltório ideológico hoje já vazio — aproximadamente desde finais dos 1970 ou começos dos 1980.

2. O capitalismo linguístico

Com efeito, quando o projeto capitalista está a mostrar a face mais dura desde as suas origens, quando a globalização consiste na expansão dos princípios da dominação, da violência (física e simbólica) e da exploração económica até limites inimaginados polos próprios teóricos críticos que desde há mais dum século previam o processo de acumulação do capital como último passo para a sua socialização historicamente necessária, a linguagem e a língua não se substraem do poder totalizador do capital. A dimensão imaterial da linguagem fica subsumida polos mesmos princípios que determinam a mercadorização de qualquer

recurso e convertem aquilo que à partida é um *bem livre* (Marx 1996 [1867]) social em mercadoria e produto com valor trocável, o que define o valor dos próprios indivíduos.

Com a crescente terciarização da economia, com o crescimento do *capitalismo do saber* (Graham 2002), várias são as maneiras em que as línguas entram mais diretamente nos processos de produção material e simbólica. A etnolinguista crítica canadiana Monica Heller (2003, Heller e Duchêne 2012) explica como a crise da economia tradicional do setor primário (baseada nas pescas e na manufatura) no Canadá francófono de Ontário deu lugar a uma nova economia onde o conhecimento do francês é aproveitado como novo recurso em dous tipos de atividades básicas: 1) para dar valor acrescentado de “autenticidade” a produtos próprios (gastronómicos e turísticos) relacionados com o imaginário identitário local; e 2) como processo e produto nos deslocalizados centros de atenção telefónica e de serviços plurilingues. Realmente, as condições laborais (materiais e salariais) destes centros são comparáveis às da mais dura produção industrial, mas os francófonos afirmam que, pelo menos, graças ao idioma têm um trabalho em lugar de desemprego. Num jogo de palavras já circulante, poderíamos dizer que a *mão de obra* é assim substituída por *palavra de obra*, ou a “work-force” (força de trabalho) pela “word-force” (força da palavra).

A mercadorização mundial da língua atinge singularmente o que Piller e Cho (2013) têm chamado, com relação à Coreia do Sul, a “Febre do Inglês”, sobretudo a partir da crise financeira do sueste asiático de 1997-1998, que — como na Europa 10 ou 12 anos depois — levou a maciças privatizações, a elevadas taxas de desemprego e à desmobilização das esquerdas, sumidas em induzido estado de choque. Agora o inglês é mesmo meio de instrução regrado (*Mol*) em escolas primárias da Coreia, e a grande pressão por destacar em inglês e no labor académico incrementou notavelmente o índice de suicídios (dos escolares) do país nos últimos anos.

O mesmo tipo de febre polo saber mercadorizado pervade o mercado dos títulos universitários e do alunado “internacional” em todo o mundo capitalista. Luke (2006), na sua análise crítica do sistema universitário australiano, relata como o alunado doutros países, que prestigiaria as universidades próprias, é tratado como mercadoria a atrair e a comprar, com as mesmas técnicas de captação

de clientes que as de qualquer outra empresa, e ao mesmo tempo como futuros produtores de “capital do saber”, isto é (como veremos), do “capital cultural” de Bourdieu (2000).

Com efeito, o inglês vende — continua a vender maciçamente, além — como meio pretensamente “neutral” e não nacional (ou “após-nacional”), o qual é boa escusa e boa escapatória ideológica, tanto alhures como aqui na Galiza, onde o recente *Decreto de Plurilingüismo* (2010) do governo do Partido Popular (secção autonómica do principal partido da direita estatal), ao estabelecer o ensino do inglês como terceira língua “capacitadora” (com a sua famosa pergunta a pais e mães do alunado, “*Está de acordo con que se impartan contidos en inglés?*”), apresenta este idioma como colchão ideológico amortecedor entre dous modelos de língua (espanhol e *galego-cómo-lingua-propia*) associados a dous imaginários identitários potencialmente em conflito. Mas, na realidade, o que se vende com o inglês é um mito: o da imparável capacitação, ou (pior ainda) “capitalização”, mesmo em crianças que deveriam estar a aprender as linguagens pré-mercantis dos animais da horta escolar.

Em resumo, hoje mais que nunca (porque nunca se produziu tanta palavra escrita e formal com tal difusão) a língua é instrumento de valorização da produção (não apenas da intelectual) e o saber cultural em geral está mais inserido e é mais dependente da lógica dos mercados. De maneira significativa, na “economia do saber” (Graham 2002: 231) o pressuposto é “a capacidade tecnológica de mercadorizar a totalidade do *Ser social e individual*” (tradução própria; itálicos no original)¹.

3. Os debates públicos sobre a língua

A reflexão sobre a língua e a linguagem (a *reflexivização* da linguagem) atinge os antigos espaços de debate duma desaparecida esfera pública, agora constituídos como campos de mercado, onde as posições de classe intelectual se expressam no mesmo tipo de práticas e discursos que nos mercados materiais e asseguram de igual maneira a acumulação de capitais como força motora da sociedade.

1. “In short, the presupposition of what is being called the knowledge economy is the technological ability to commodify the totality of social *and* individual *Being*”.

O sociólogo Pierre Bourdieu tem destacado em numerosos textos (p. ex. 1977, 1983a, 1983b, 1990, 2000) como isto é e foi assim desde que o campo da produção intelectual está sujeito à dependência dos outros campos produtores de outras formas de capital. A língua é simultaneamente objeto da produção discursiva e meio desta produção, como destaca Heller (2003). A língua é, assim, potencialmente, capital acumulável: com a Língua (meio de produção) opera-se sobre a língua (recurso) e produz-se, por sua vez, Língua e Discurso (bem, capital).

O grau de penetração do caráter mercantil da língua e da cultura atinge a atomização dos tipos de capitais que a pesquisa recente tem teorizado. Frente ao esquema primário de Bourdieu (claramente exposto em Bourdieu, 2000) entre o capital *económico*, o *social* (recursos de relacionamento) e *cultural* (recursos simbólicos, nas suas formas *objetivada*, como os livros ou as obras de arte, *incorporada*, como o saber, e *institucionalizada*, como os títulos académicos), fala-se já não só de capital linguístico (saber e competências aplicadas à troca linguística), mas também de capital académico ou cognitivo — “knowledge capital” (Luke 2006) —, artístico, intelectual, científico, técnico, educativo, jurídico, etc. Esta fragmentação da aplicação da noção bourdieuana é sintoma não só dum possível enriquecimento teórico, mas do surgimento de novas realidades de mercado cultural e simbólico, embora seja também possível uma explicação mais singela: que a fragmentação se aplique mais polos teóricos ao próprio campo que se conhece melhor, o cultural, na sua própria forma de produzir noções capitalizáveis. Porque é possível também que esta seja uma fragmentação nominalista, fetichista, sem base em análises coerentes das implicações do modelo de Bourdieu para a compreensão da distinção, da dominação social e da desigualdade.

4. Fala, Língua, Discurso

Sociedades inteiras (a galega, sem dúvida) contemplam como o seu recurso social primordial, a língua, é sujeito não só a uma questionável intervenção técnica dependente mais dos interesses sectoriais de elite do que das suas propriedades intrínsecas, mas também a uma maleação discursiva que estabelece ainda mais sofisticadas formas de hierarquização social, em função do controlo

dos recursos e meios de produção discursiva. O processo de produção, circulação e consumo das mercadorias culturais em circuitos específicos pode ser resumido como segue. Por uma parte, como acontece com o resto dos produtos de uso e troca, o grosso da população falante é apenas *consumidora* de língua e de discurso, sem que estes consumos (uso) possam, por definição, dar o réditio da acumulação de benefício consubstancial ao capitalismo. Por outra parte, nos estratos altos estruturalmente definidos, diferentes níveis de elites são ora produtoras de Língua na sua dimensão formal, gramatical, normativa (academias, institutos ou centros de investigação), ora também do Discurso que alimenta esse objeto (filologia, sociolinguística, legislação sobre a língua, ideologia política e identitária). Esta produção linguística e discursiva acarreta mecanismos de conversão de benefícios e, potencialmente, formas de capital concomitantes, nitidamente descritos por Bourdieu, embora escassamente analisados na prática: publicações que dão prestígio, prémios literários que têm como requerimento a forma autorizada da língua (Maças, 1992-1993), prémios de ensaio que reproduzem o discurso ideológico de que nascem, etc. A Galiza é um laboratório vivo onde, desde há pelo menos quatro décadas, estamos a observar esta mercadorização da Língua nalguns campos nas aras de ideologias e fetichismos fortemente ligados aos interesses das elites culturais.

O processo seria singelo de expor (numa duvidosamente útil explicação) em termos da “espanholização” como projeto final do Estado, e, portanto, da função diretora dum as elites também duvidosamente caracterizadas como “espanholas” frente a um povo galego inerte, umas elites interessadas apenas em folclorizar culturalmente o português da Galiza como “língua galega independente”, dum a maneira que não ameaça interesses económicos mais poderosos. A esta dualidade se refere Arturo de Nieves (neste mesmo número da *Agália*), propondo a existência de dous projetos planificadores, o “espanholista” e o “galeguista”, que na verdade resumem estratégias de classe. Porque a realidade da mercadorização das línguas na Galiza é mais complexa e ao mesmo tempo mais singela, se se compreender que o modelo do mercado da língua de Bourdieu não é apenas uma metáfora, mas um poderoso mecanismo inserido e articulado com as outras formas naturalizadas de mercado. Com efeito, está em jogo a capitalização da língua como alavanca de “mobilidade” (essa miragem de realiza-

ção burguesa que nos constitui) e, portanto, está em jogo o controlo dos aparelhos políticos e jurídicos que institucionalizam, na sociedade de classes ocidental, tais formas de capitalização: a política linguística e educativa, em sentido geral, mas também outras regulações e expressões de ideologia que vinculam as práticas linguísticas a outros aspectos da constituição do sujeito social, nomeadamente, àquilo que se entende por *identidade*. Mas só no sentido em que a identidade, como atributo individual e grupal, está vinculada ao controlo dos recursos de classe seria sensato afirmar que a espanholização da Galiza é a manifestação local da globalização do capital e, de maneira fundamental, *da globalização da ânsia de capital e de capitalização* como alvo de realização individual.

5. A constituição do campo da língua

Nomeadamente, o processo de apropriação do galego começou nos finais dos 1970 e nos começos dos 1980, com a erradicação do que podemos chamar os marcadores linguísticos sociais de *etnoclasse* da fala pública. As formas do galego oral associadas às classes tradicionais marinheiras ou labregas foram sistematicamente eliminadas na construção simbólica dum “padrão” que significasse a domesticação não só da diversidade de práticas de fala mas também da identidade, em congruência com a pulsão padronizadora do Estado, isto é, de um dos Estados do capital ocidental. Na escrita, a forma escolhida pelas instituições galegas, declaradamente vulgarizadora, aparenta mimetizar a expressão do “popular”, numa pirueta ideológica difícil de suste a mínimo que examinemos a função classificadora de qualquer padrão, mas que tem produzido socialmente uma certa ilusão da “representatividade” das instituições que propõem esse padrão. Observemos um exemplo recente deste discurso autolegitimador em Regueira (2012: 193; itálicos acrescentados):

[H]oxe en día o galego ten unha lingua estándar bastante establecida, unha “lingua lexítima”, e consecuentemente, como di Domínguez-Seco (2003: 209), “this own language now has some ‘incorrect’ (vulgar or impure) and some ‘non-shared’ varieties (dialects)”. E na medida en que esa “lingua lexítima” [do galego normativo da RAG] se separa da lingua das

clases populares (*da fala popular que está na base da lingua estándar*), por medio de trazos tomados da lingua das clases privilexiadas das linguas veciñas (cultismos léxicos, fonolóxicos e sintácticos), aprendidos a través da educación regulada, os falantes das variedades populares (“non compartidas”) resultan estigmatizados.

A tentativa de aproximación do autor ao modelo bourdieuiano ignora dous puntos de partida que são fundamentais para não ofrecer uma simples mimese — consideravelmente plana — de análise: (1) “língua legítima” ou “língua autorizada” não é, em Bourdieu, uma simples etiqueta descritiva neutral, sinónima de “padrão”, mas *remete, por definición, para a lógica da distinción e da dominación*. A “língua legítima” é produto das operações dos campos da língua, da cultura e da política, como objeto específico (conforme veremos mais adiante), e, portanto, *surge à partida como recurso “separado” das falas populares*. E (2) portanto, logicamente, não é a “fala popular” que está “na base” da língua padrão, nem no modelo atual nem em qualquer outro que se conheça onde funcionam os mecanismos do mercado linguístico, nem, conseqüentemente, uma (língua legítima) se pode “separar” ainda mais da outra (“fala popular”). É, singelamente, a posição de classe intelectual a que impede ver que qualquer grao de distância estrutural entre a língua legítima e a “fala popular” representa o abismo (discreto, não gradual) entre “ter língua” ou não ter, isto é, entre ter e produzir língua e discurso, por uma parte, e ter fala e consumir língua e discurso produzidos por outrem, por outra. Na sociedade do disciplinamento, por exemplo, nunca será capaz de compreender a pessoa não alfabetizada, sem acesso à alta cultura literária, que a pretensa mínima distância entre a sua fala e essa escrita representa um abismo de classe marcado polo preconceito. Tony Crowley (1987), numa revisão da descrição de Voloshinov (1973) da tarefa filológica como um labor quase-sacerdotal (“The first philologists and the first linguists were always and everywhere priests”, Voloshinov, 1973: 74; citação na pág. 283), refere-se à necessidade estrutural da constituição dos grupos doutrinais que controlam a distribuição e apropriação da língua e do discurso (Crowley, 1987: 287; tradução própria; itálicos acrescentados):

Porém, a noção da língua padrão como a língua dum grupo superior dentro da “nossa” nação tem o cometido de destacar que só algum tipo de língua é ‘bom’, só alguma língua pode ser considerada “correta”, “apropriada” e “inglês padrão”. Outros usos, embora reconhecíveis ainda como inglês, iriam ser etiquetados de inglês sub-padrão. Isto é, as duas noções tinham o cometido de impor [simultaneamente] a unidade e a divisão cultural: o de formar um “nós” nacional mas assegurando que muitas pessoas que pertenciam a esse “nós” eram conscientes do seu estatuto inferior².

A minha única objeção à transparente descrição de Crowley, onde é suficiente substituir “inglês” por “galego” para vermo-nos no espelho, é esse postulado grau de consciência da inferioridade linguística: antes, é o caso de que essas muitas pessoas do outro lado da divisão social dentro da “unidade cultural” são *inconscientes* da sua inferioridade e, mais especificamente, são *inconscientes* das bases e dos mecanismos sociolinguísticos da sua inferioridade. Esta conivência, imposta por saturação, oferece a escusa ideológica ideal para o des-reconhecimento da divisão de classe por meio do padrão: se o próprio corpo social abraça a ideologia da “representatividade” da língua padrão através da sua docilidade, por que, então, o académico ou intelectual de extração labrega que é produtor desse padrão (um “intelectual de primeira geração”, como diria Bourdieu) iria nunca reconhecer que essa distância de classe é constitutiva da lógica do capital que mantém a sua posição, e que qualquer grau de distância formal entre a “fala popular” e a Língua, no regime de regularização que nos domina, é a fonte desse abismo de classe? Qualquer marxista chamaria isto “alienação” e “dominação cultural”, se não fosse porque, ao mesmo tempo, esta pessoa marxista tipicamente faz parte também (lado a lado com liberais) das instituições “nacionais” de elite intelectual, apoiadas com subsídios públicos, cuja captivante operação bloqueia o reconhecimento coerente da própria posição de elite. A fantasmago-

2. “However, the concept of the standard language as the language of a superior group within ‘our’ nation has the task of stressing that only some language is ‘good’, only some language can be counted as being ‘correct’, ‘proper’ and ‘standard English’. Other usage, while still recognizable English, would have to be termed sub-standard English. That is to say, the two concepts had the task of imposing cultural unity and division: of forming a national ‘we’ but ensuring that many who belonged to that ‘we’ were aware of their inferior status”.

ria ideológica está servida, na mais clara manifestação da dependência estrutural do campo intelectual no capitalismo do saber.

6. Propriedades do campo da língua

A definição desse padrão como o objeto específico do campo da língua, que pode produzir o *capital específico* do campo, foi e é só o primeiro elemento constitutivo, conforme o modelo de Bourdieu. Em “Algumas propriedades dos campos” (1983a) o sociólogo francês detalha mais regularidades na sua conformação social, que procurarei continuar a aplicar aqui.

Na década de 1970, com a chamada “Transición”, surgiu por primeira vez a possibilidade e a necessidade de dotar “o galego” dessa regularidade padronizada que o pudesse fazer fonte de capital. O notável saber linguístico, literário e histórico de setores da intelectualidade galega (do “galeguismo histórico”) é assim convertido no *capital originário* do campo intelectual, com as suas alianças e protocolos de hegemonia e colonização. Instala-se com força, por primeira vez na história do pensamento da Galiza, o dogma de que o galego é uma língua independente do português e que, portanto (um “portanto” ilógico, mas operativo), se deve padronizar de maneira diferente, nomeadamente, com letras diferentes: as espanholas. Os intelectuais que não incorporam o seu saber a este capital originário, por divergência com esta visão, ou que se retiram mais tarde (os “lusistas”) cumprem o papel dos traidores heterodoxos necessários que reforçam tanto a ilusão de confronto quanto o valor do dogma. Mas, sinaladamente, em casos notáveis (p. ex. Ricardo Carvalho Calero) a sua “traição” é volumosa e real, pois, como na fuga de quadros de uma empresa que se estabelece pola sua conta, o capital cultural que leva consigo quando foge à sua própria posição de consciência é considerável, e isto é imperdoável para os setores dominantes da língua, mesmo duas décadas após a morte do intelectual em 1990.

Em segundo lugar, e em relação com o anterior, surge, na constituição do campo da língua, a questão das perguntas legítimas sobre esse objeto já construído como “língua de seu”. Que é o que se pode e não se pode perguntar e investigar sobre ela? O rango de perguntas legítimas abrange questões como o período exato da suposta separação entre galego e português, as suas propriedades internas delimitadas pelas fronteiras e territórios do Estado Espanhol (a “fa-

la” da Extremadura espanhola ou de Astúrias é galego, mas a de Valença do Miño não), a relação entre língua e identidade “nacional”, a sobreexplorada “diglossia” (v. Herrero Valeiro. 1997), as relações entre “língua própria” e o “sistema literário galego”, as origens autóctones da gheada ou o grau de “documentação” histórica necessária para padronizar uma dada variante (*-ción*, paradigmaticamente). As perguntas sobre o objeto língua, em resumo, dirigem-se sem exceção a confirmarem as propriedades do objeto predefinido como língua diferente, num exercício de circularidade que deixaria sem fala cientistas puros e duros que procuram dismantelar as suas próprias teorias.

Especularmente, as perguntas ilegítimas, irrelevantes, são aquelas dirigidas a questionar o dogma de partida, a fonte constituinte do capital específico: em breve, a questão da independência linguística do galego no quadro da dependência estrutural das elites que o constroem como independente.

Em terceiro lugar, as últimas três décadas foram testemunha dos protocolos e dispositivos de apropriação característicos de qualquer campo de elite fortemente vinculado ao aparelho institucional: a construção dos adversários, sob argumentações ideologizadas, e a sua exclusão do campo por meio dos mecanismos típicos de procurada invisibilização. Central para isto, de novo, foi a estimação e o posicionamento (uma forma de *interpelação*) a respeito desse objeto-Língua (Galego) que constitui a fonte do capital específico. “Ser lusista”, ou “ser reintegracionista”, ou “ser reintegracionista mas não praticá-lo ainda por questões pragmáticas” passou a ser mais uma das formas de etiquetagem social, produzindo até preocupações pessoais tão singulares dentro do mundo da produção cultural (constatadas por quem isto escreve) como “*E como levas ti que o teu familiar X. sexa lusista?*”, de claro paralelo com a etiquetagem sobre as preferências sexuais estigmatizadas, por exemplo.

Central foi, também, o tratamento do próprio padrão do galego como produto cultural, em harmoniosa congruência com os princípios de padronização de qualquer outro produto numa sociedade do capital que regula, cada vez mais, por legislações internacionais quaisquer aspectos da vida diária e do consumo. No seu trabalho sobre a mercadorização do francês no Ontário, no Canadá, Heller e Duchêne (2012) destacam as relações entre as técnicas de gestão tayloristas, a eficiência na produção e a qualidade dos produtos padronizados,

sejam estas línguas, garrafas de água mineral, títulos universitários ou lâmpadas. A promessa dirigida aos cidadãos-consumidores por parte das elites planificadoras e reguladoras das atividades (incluindo a linguística, “including linguistic activity”, dizem os autores) parece ser a seguinte: com esta oferta de um padrão e de um produto plenamente padronizado, “garantimos-lhe que nunca obterá um produto de menor valor, ainda que, para conseguirmos isto, também não lhe poderemos oferecer nunca um produto de maior valor” (Heller e Duchêne, 2012: 16)³. Não faz falta pensar muito para comprovar como isto foi assim no processo de formação e circulação do padrão institucional do galego e duma grande parte dos produtos literários concomitantes. A proposta reintegracionista para a Galiza — a dum padrão português amplo e estilisticamente policêntrico — ameaça frontalmente este princípio de eficiência na produção e na oferta, ao superar o grau de qualidade polo limite superior. Sugerir que a Galiza se poderia dotar dum padrão assim, não plenamente controlado desde as usinas culturais próprias, representou durante décadas uma ruptura frontal com os princípios da mecânica efficientista para a língua, a de oferecer o “mínimo denominador comum” que (ideal e teoricamente) nivelasse todo o mundo polos limites inferiores da qualidade do produto padronizado.

7. Algumas questões na aplicação do modelo de Bourdieu

Mas qualquer aplicação parcial do modelo de Bourdieu à sociedade galega não funciona se fica mancada na análise de várias propriedades constitutivas do capital, nomeadamente: a sua *transferibilidade* de geração em geração, a sua *convertibilidade* noutras formas de capitais e a sua *acumulabilidade*. A aplicação genérica da etiqueta “capital” a toda a forma de conhecimento linguístico, por exemplo, deixa sem explicar aparentes paradoxos como que uma imensa parte da gente que adquire “capital” linguístico não o converte em nada mais que nesse conhecimento, que lhe pode fornecer um posto de trabalho e um salário, mas dificilmente “capital”. No caso da Galiza, é evidente que essa pretensa “capitalização” na forma institucional do galego por meio do sistema educativo não

3. “we guarantee that you will never get a product of lesser value, even if in order to do so we can also never give you a product of greater quality”.

produziu grande rédito fora dos circuitos de produção cultural e de ensino. Mas a mesma miragem acontece, como tenho destacado nalguma ocasião (v. p. ex. Álvarez Caccamo 2004), quando se considera que a educação dos filhos de pais galego-falantes no espanhol como língua de “progresso” na Galiza, para sair do gueto identitário da Galeguidade de classe (isto é, a eleição da socialização primária dos filhos e filhas no “capital” da *Lengua Española*), também não produz qualquer conversão posterior desta nova língua no capital económico: o galego vai deixando de falar-se na Galiza sem que a imensa maioria das pessoas agora educadas em espanhol se tornem nem em Rockefeller nem sequer em Registadores da Propriedade ou Notários. Em resumo, quando o “capital” em que consiste uma língua não é nem acumulável nem convertível noutros, devemos perguntar-nos: em que medida é “capital” e em que medida é outra cousa?

Há, com efeito, e como se indicou, uma série de campos sociais na Galiza cuja trajetória se pode explicar muito bem em termos do modelo de Bourdieu e das propriedades do capital, isto é, campos onde se pode observar que a língua tem funcionado verdadeiramente como o objeto que o define como capital, transferível entre gerações, convertível noutros, e acumulável: os campos, precisamente, da produção cultural e literária, o campo da produção técnica sobre a língua (a Filologia), o campo educativo e o campo político, em íntima interrelação. É a história cruzada destes campos desde aproximadamente a década de 1970 que explica em grandíssima medida a crise atual da língua e da sua transmissão. Mas, a diferença doutras sociedades (p. ex. Catalunha) onde o aprendizado da “língua própria” conota valores de prestígio (e daí que se articule com maior produtividade com outras formas de valor, como o social), nem sequer dentro da lógica dos mercados o produto “Galego” produziu ou produz benefícios económicos fora dos campos descritos e retro-alimentados (o intelectual, o cultural, o educativo e o político). A “economia real”, onde se apresentam as realidades diárias do desemprego, os despejos das vivendas ou as “economias subterrâneas”, inçadas de discursos diários, ideologias e teorias nativas da mais imediata dimensão do material (chegar a fim de mês, ganhar 1 euro mais à hora, pagar os serviços sociais crescentemente privatizados, comparar-se com outras economias familiares, examinar as trajetórias vitais e os sucessos e fracassos em termos da capacidade para segurar os recursos de subsistência),

permanece maciçamente alheia às vicissitudes “do galego”, e vice-versa. Uma interpretação tentadora desta realidade é que a economia real na Galiza continua controlada por “setores espanholistas”, aqueles que, numa dada altura do governo bipartido do PSOE-BNG⁴, viram ameaçado o futuro dos filhos pela tímida “capitalização” da língua que representavam as políticas linguísticas e educativas com um certo perfil de reforço da língua própria; perante essa pretensa ameaça, contribuíram para a pequena viragem eleitoral que voltou a dar o poder ao Partido Popular. A análise teria uma base sólida se não fosse porque, na prática, também as políticas linguísticas daquele governo com presença do nacionalismo galego surgiram dum quadro jurídico (o Estatuto de Autonomia de 1981 e a *Lei de Normalización Lingüística* de 1983) desenhado para permitir leituras consentidas a respeito da definitiva naturalização e da definitiva hegemonia social do português da Galiza e, simultaneamente, desenhado para impedir essa naturalização e essa hegemonia.

A explicação é, polo contrário, mais singela e mais transparente: desde a formação do campo da língua na Galiza, das instituições associadas, dos discursos jurídicos legitimadores e dos procedimentos de preservação e reprodução do campo, *nenhuma política linguística nem intervenção dirigida interrogou direta e eficazmente o princípio reitor da classificação social por meio da língua e das línguas, isto é, a pulsão da capitalização (económica, cultural, social) como atributo constitutivo da pessoa no capitalismo tardio*. Foram aplicados os mesmos mecanismos de recompensa que regem para as classificações na escola e na universidade taylorizada, as mesmas bases de distinção e as mesmas mitificações das potencialidades dum “capital cultural” que se baralha profusamente sem questionar que é a base do sistema que se diz contestar. Não se têm examinado nem questionado os processos de criação de valor (cultural, social, económico) por meio da língua, nem a relação entre estas formas de valor e a sua potencialidade (o seu risco) de acumulação particular ou setorial. Como nas instituições de ensino (nomeadamente, as universidades), as elites culturais e intelectuais das instituições produtoras de língua converteram-se crescente e docilmente nos

4. Coaligação da secção galega do principal partido de centro esquerda estatal e da organização que agrupava o nacionalismo galego de esquerda que governou a Galiza de 2005 a 2009.

próprios gestores do recurso-Língua que alimenta a distinção social, as próprias classificações e *rankings* simbólicos internos, na disposição quase-sacerdotal de quem tem entre as mãos o cálice com o objeto mais prezado (e sublimado) de identificação coletiva.

8. Conclusão

Que o português da Galiza se fosse perdendo como prática social durante décadas e séculos é resultado sem dúvida da miragem ideológica da “mobilidade social” no capitalismo, que impulsionou a assimilação ao espanhol na vã pretensão de melhorar socialmente. Mas que a língua não se recuperasse durante 40 anos de intervenção teórica no seu favor, enquanto crescia um mundo cultural fantasmagórico, irreal, é também fruto da mesma lógica de competitividade, ascensão social e exclusão, pontuada pela hidráulica entre a intervenção estatista sobre a língua (subsídios para a “proteção” cultural) e o *laissez-faire* liberal a respeito da sua transmissão intergeracional. Cegadas pela sua posição estrutural e pela sua missão ideológica, as elites intelectuais receptoras dos subsídios dependentes do Estado glorificaram uma dada visão do “público” marcada pelos protocolos de exclusão no campo cultural galeguista, o qual talvez represente o maior cisma cultural da história do país, sem precedente durante os anos da resistência. Talvez esta rotura da consciência crítica nas esquerdas seja a consequência mais preocupante duma dinâmica do capital e dos mercados que não conhece de línguas nem de lealdades linguísticas, pois a sua única força motriz é a procura da mercadoria básica que a constitui: a força de trabalho, na forma específica de trabalho manual ou intelectual. A convivência entre as instituições planificadoras galegas e os governos do capital na procura dos subsídios mascarou e mascara, para grande contradição do marxismo que diz alimentar certos setores de elite cultural, a própria capilaridade e pervasividade do funcionamento do mercado. O produto intervindo da língua na Galiza, o “galego”, não deixa de ser a mesma mercadoria transformável em capital que todas as elites culturais e intelectuais precisam em qualquer formação capitalista. Os passos e protocolos de constituição do objeto língua, os procedimentos de exclusão e os impulsos para a sua mercadorização foram e são os descritos por Bourdieu a respeito da constituição do campo intelectual ou científico duma sociedade “normal” e iluminada (pa-

radigma do pensamento racional) como a francesa, que anseia retornar nostalgicamente à Ilustração de que nasceu. A notável diferença é que, enquanto o intelectual “francês” tem sucesso em ocultar a sua posição de classe e tem sucesso em se constituir em intelectual “nacional”, na Galiza o projeto inconfessado de criar o intelectual galego tem fracassado notoriamente por virtude da sua própria sujeição transparente à sua posição de classe por detrás do véu da ideologia da identidade. Como nas sociedades tradicionais cacicais de troca de favores (como a Índia colonial e pós-colonial, por exemplo), os melhores executores das mais ambiciosas políticas de dominação simbólica são amiúde os quadros surgidos da base social sujeita a esse *habitus* (ou disposição para um universo de práticas) da troca de favores e prebendas. Embora o *habitus* seja sem dúvida transformável, precisa-se de condições para isso, e haveria que examinar se se deram ou se estão a dar na Galiza. Não admira, então, que o produto da intervenção das elites, apropriado do *bem sem valor*, do *bem livre* em que consiste qualquer língua comunitária, derive agora o seu valor de troca ideológica do pretense esforço histórico em combater uma classe dominante “espanhola” que sempre foi, na realidade, a útil e fantasmagórica metonímia para manter o discurso da Identidade / autenticidade (e, portanto, o discurso do valor da língua como fonte dessa identidade) como reclamo para o consumo limitado de língua e portanto de acumulação de, pelo menos, benefícios, para as elites que a produzem.

Mas as consequências do *capitalismo do desastre* que assola regularmente o mundo chegaram também à *Comunidade Autónoma de Galicia* na forma da liberalização e desintervenção sobre a língua, como recurso contingente e apenas útil quando outros recursos falham (como nos lembram Heller e Duchêne, 2012), e o campo cultural institucional, para-institucional ou consentido encontra-se órfão da dependência do Estado. A produção literária diminui, o circuito de mercado cultural rompe-se, os seus agentes re-posicionam-se (até a respeito da definição dogmática do Objeto Língua) e o ativismo linguístico encontra-se sem mais alternativa do que as palavras de ordem ocasionais sobre “direitos linguísticos”: também o campo dominante da língua está em crise.

A sociedade galega, portanto, encontra-se agora numa encruzilhada que é, sem dúvida, muito menos importante que a de subsistir sem continuar emi-

grando: a de carecer materialmente de língua enquanto se proclama que a tem, e muito, porque é muito antiga e belida. Além disso, a sociedade continua a ser instruída com os valores ideológicos de mercadorização do simbólico para que adquira algo que não existe. A contradição está servida e é assim que surge com mais força a necessidade da mercadorização do galego, agora na forma de língua portuguesa, alvo defendido do liberalismo económico até um neo-romantismo reintegracionista que acredita que a relativa unidade formal entre as variedades portuguesas garante ou garantirá automaticamente, por uma parte, a unidade de valor da Língua e, por outra parte, a construção de um referente comum pan-lusófono, o necessário espaço simbólico em que as trocas simbólicas adquiram tal valor unificado em virtude da unificação dos preços do trabalho simbólico. No entanto, o processo de construção duma soberania política galega que pudesse garantir a construção de tal referente comum está tão longe que o utopismo linguístico de uns só abre mais as portas ao “realismo” pragmático imperante. E, de cada vez mais, este “realismo” consiste em que, se se quer manter a língua como um objeto que dê rédito, as próprias elites intelectuais galegas devem renunciar à ilusão de serem elites nacionais ilustradas, e devem escutar, eleitoralmente, a voz dum “povo” sem língua mas com desejos inoculados de tê-la, de ter alguma Língua “capacitadora”, “empoderadora”, na expectante atitude da classe consumidora perante o anúncio continuado dum objeto de desejo ainda longe do alcance. O resultado deste conflito, consistente em desejar o inexistente, é consumir cada vez mais também o alheio, mas existente: outras línguas, nomeadamente a língua inglesa. Assim, num curioso *debrayage* da mercadorização, o objeto atingido para o empoderamento não é a (inexistente) língua “nacional” galega — a espanhola não é ideologicamente nacional porque é a natural, a banalmente natural, no sentido de Billig (1991) —, nem maciçamente aquela que alguns começam a reconhecer como “própria” (a portuguesa), mas a inglesa, o paradigma do “empoderamento”, que na estrutura de classes da Galiza, porém, é tão inútil como a posse e exibição dum *haiga* por caminhos sem asfaltar.

Colofão. Enquanto conluo isto, na paz do meu computador, numa tarde de chuva, com suave música de jazz de fundo, do andar inferior do meu prédio, mesmo debaixo do meu quarto de trabalho muito intelectual, irrompe com poderoso sobressalto até ao meu peito o adolescente grito rebelde, a firme Voz social que resume a hipótese veraz de que tudo quanto aqui fica escrito sobre a língua é Verdade e tem sentido, e tem uma profunda relevância, e é sem dúvida profético duma nova era histórica, emancipadora, uma nova era iminente. Porque essa Voz social rebelde, promissora, incombustível, disse, disse-me, explicou-me: “¡¡GOOOOOOOOL!! ¡¡GOOOOOOL, HÓSTIAAAA!! ¡¡VAMOS, jodeer!! ¡¡Dale!! ¡¡Me CÁgo enTAL!...”.

Apagam-se as notas melancólicas do saxo que invocam, sempre, ainda hoje, a pervivência secular daquele canto dos escravos.

Bibliografia

- ÁLVAREZ CÁCCAMO, Celso. “A transmissão da língua na família e nas classes”. *Portal Galego da Língua*, 22 de março de 2004, <http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=articlecomments&thold=-1&mode=flat&order=1&sid=1244#1732>.
- BILLIG, Michael. *Banal Nationalism*. London: Sage, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. “The economics of linguistic exchanges”. *Social Science Information*, 16 (6), 1977: 645-668.
- “Algumas propriedades dos campos”. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda. 1983a: 89-94.
- “O mercado lingüístico”. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda., 1983b: 95-107.
- “The intellectual field: A world apart”. *In other words: Essays toward a reflexive sociology*. Stanford: Stanford University Press, 1990: 140-145.
- “Las formas del capital: Capital económico, capital cultural y capital social”. *Poder, derecho y clases sociales*. Bilbo: Desclée de Brouwer, 2000: 131-164.
- CROWLEY, Tony. “Language and hegemony: Principles, morals and pronunciation”. *Textual Practice*, 1 (3), 1987: 278-296.

- DE NIEVES GUTIÉRREZ DE RUBALCAVA, Arturo. “A(s) política(s) linguística(s) galega(s) sob a lente da teoría crítica do reconhecemento”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*, 104, 2011: 29-53.
- GRAHAM, Phil. “Hypercapitalism: language, new media and social perceptions of value”. *Discourse & Society*, 13 (2), 2002: 227-249.
- HELLER, Monica. “Globalization, the new economy, and the commodification of language and identity”. *Journal of Sociolinguistics*, 7 (4), 2003: 473-492.
- HELLER, Monica e Alexandre DUCHÊNE. “Changing discourses of language, capital and nation-state”. Alexandre DUCHÊNE e Monica HELLER (eds.): *Language in late capitalism: pride and profit*. New York. Routledge, 2012: 1-21.
- HERRERO VALEIRO, Mário J. *A centralização do conceito 'diglossia' na intervenção discursiva sobre a língua na Galiza* (Vol. 10). Valência: Universitat de València / Universidade da Corunha, 1997.
- LUKE, Carmen. “Eduscapes: knowledge capital and cultures”. *Studies in Language & Capitalism* (1), 2006: 97-120.
- MAÇAS, Luís. “A língua legítima e os prémios literários na Galiza”. *Nós. Revista da Lusofonia*. 29-34 (Atas do Congresso Internacional “A Língua portuguesa no mundo, terceira língua de comunicação internacional, 200 milhões de lusófonos”), 1992-1993: 119-124.
- MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996 (1867).
- PILLER, Ingrid e Jinhyun CHO. “Neoliberalism as language policy”. *Language in Society*, 42, 2013: 23-44.
- REGUEIRA, Xosé Luís. “Autenticidade e qualidade da lingua: purismo e planificación lingüística no galego actual”. *Estudos de Lingüística Galega*, 4, 2012: 187-201.
- VOLOSHINOV, Valentin N. *Marxism and the philosophy of language*. New York: Academic Press, 1973.
- XUNTA DE GALICIA. “Decreto 79/2010, do 20 de maio, para o plurilingüismo no ensino non universitario de Galicia”. *Diario Oficial de Galicia*, 97, 25 de maio de 2010: 9242-9247.

AGÁLIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1130-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1985 (versão papel)

EDITA: Associação Galega da Língua (AGAL)

URL: <http://www.agalia.net>

ENDEREÇO-ELETRÓNICO: revista@agal.az.gal

ENDEREÇO POSTAL:

Rua Santa Clara nº 21
15704 Santiago de Compostela
(Galiza)

Periodicidade Semestral
(números em junho e dezembro)

